

## ARTIGOS

Terezinha Oliveira<sup>I</sup>

Meire Aparecida Lôde Nunes<sup>II</sup>

Thais Regina Ravazi de Souza<sup>III</sup>

### A doença da acídia sob a lente da história: a pena de Tomás de Aquino e o pincel de Bosch

The disease of acedia through the lens of history: the pen of Thomas Aquinas and the brush of Bosch

#### RESUMO:

Este artigo examina a doença da acídia sob uma perspectiva histórica, considerando sua manifestação como um fenômeno social ao longo do tempo. O objetivo é analisar como a acídia foi percebida e representada em dois períodos históricos distintos: o século XIII, através da obra de Tomás de Aquino, e o século XV, por meio da iconografia de Hieronymus Bosch. Busca-se compreender as concepções da acídia como uma condição que afeta não apenas o indivíduo, mas, também, a sociedade em que está inserido. A pesquisa baseia-se em uma análise crítica e de longa duração das fontes primárias, combinando a análise histórica e iconográfica. Utilizamos a história social como uma lente analítica para compreender como as interações entre indivíduos e grupos sociais influenciaram a compreensão da acídia e sua manifestação na sociedade e as condições sociais, econômicas e culturais que moldaram essas percepções. Os resultados revelam que a acídia foi concebida de maneiras variadas ao longo da história, refletindo as mudanças religiosas, filosóficas e sociais. Tanto Tomás de Aquino (1224/25-1274) quanto Hieronymus Bosch (1450-1516) abordaram a acídia como uma condição que enfraquece o espírito humano e corrompe a alma, afetando o indivíduo e a comunidade em que vive. Concluimos, portanto, que a acídia não é apenas uma questão individual, mas sim um fenômeno social que reflete as complexas interações entre indivíduos e sua sociedade. Ao considerar a acídia como uma doença histórica, este estudo contribui para uma compreensão mais ampla da natureza e do impacto das doenças ao longo do tempo.

**Palavras-chave:** Acídia; Preguiça; Doença histórica; Tomás de Aquino; Hieronymus Bosch

#### ABSTRACT:

This article examines the illness of acedia from a historical perspective, considering its manifestation as a social phenomenon over time. The objective is to analyze how acedia was perceived and represented in two distinct historical periods: the thirteenth century, through the work of Thomas Aquinas, and the fifteenth century, through the iconography of Hieronymus Bosch. The aim is to understand the conceptions of acedia as a condition that affects not only the individual, but also the society in which they are embedded. The research is based on a critical and long-term analysis of primary sources, combining historical and iconographic analysis. We use social history as an analytical lens to understand how interactions between individuals and social groups influenced the understanding of acedia and its manifestation in society, as well as the social, economic, and cultural conditions that shaped these perceptions. The results reveal that acedia was conceived in various ways throughout history, reflecting religious, philosophical, and social changes. Both Thomas Aquinas (1224/25-1274) and Hieronymus Bosch (1450-1516) approached acedia as a condition that weakens the human spirit and corrupts the soul, impacting the individual and the community in which they live. We conclude, therefore, that acedia is not just an individual issue but rather a social phenomenon that reflects the complex interactions between individuals and their society. By considering acedia as a historical illness, this study contributes to a broader understanding of the nature and impact of diseases over time.

**Keywords:** Acedia; Laziness; Historical illness; Thomas Aquinas; Hieronymus Bosch

<sup>I</sup> Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil. [toliveira@uem.br](mailto:toliveira@uem.br),  <https://orcid.org/0000-0001-5349-1059>

<sup>II</sup> Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual do Paraná, Paranavaí, PR, Brasil. [meirelode@hotmail.com](mailto:meirelode@hotmail.com),  <https://orcid.org/0000-0002-0536-8117>

<sup>III</sup> Doutoranda em Práticas Sociais pela Universidade Estadual de Maringá, UniFatecie Centro Universitário, Paranavaí, PR, Brasil. [thais.souza@fatecie.edu.br](mailto:thais.souza@fatecie.edu.br),  <https://orcid.org/0000-0002-5627-4380>

## INTRODUÇÃO

Escrever sobre a doença traz sempre a ideia de tristeza, de melancolia, de dor física e, em geral, pensamos na condição da doença como algo singular, individual, particular. Evidentemente não se pode refutar a ideia de que a manifestação da doença física ou psíquica é individual e atinge a pessoa no âmbito privado. Contudo, se pensarmos a doença sob uma perspectiva histórica, precisamos refletir sobre os aspectos sociais que a envolvem.

Se retomarmos alguns momentos do passado, é possível mencionar como há algumas doenças que sofrem fortes influências dos acontecimentos da sua época, a peste negra pode nos servir de exemplo, uma vez que sabidamente ela deriva da circulação das pessoas e de mercadorias, entre o Ocidente e Oriente, em fins da Idade Média. A própria Covid-19, a peste do século XXI, da qual todos nós sofremos e sobrevivemos, é uma doença coletiva derivada também da circulação de pessoas e de produtos. Esses dois exemplos remetem-se à situação de doenças coletivas, considerando que elas se disseminam em virtude do comportamento dos homens, portanto, vinculam-se às relações sociais. Poucas doenças são de natureza singular e, nesses casos, são chamadas de “doenças raras”. Outro exemplo que pode nos ajudar a compreender a doença como um fenômeno

social é o caso do suicídio no momento da transição entre a Antiguidade e início da Idade Média, retratado por Agostinho de Hipona n’ *A Cidade de Deus* (1996).

De acordo com o bispo de Hipona, a violência das cidades estaria conduzindo as pessoas a abandonarem o mundo material por entenderem que a vida delas não teria sentido e o seu abandono era uma libertação. O suicídio é, antes de tudo, o desabitado do mundo e para que isso ocorresse seria preciso que a pessoa se afastasse de si, a sua condição intelectual ou a existência corpórea estaria em um estado de mal estar, tão profundo, que não existiria outra opção a não ser o desertar-se do mundo (Voss, 2023).

Tratar da doença sob a perspectiva histórica, como nos dispomos a fazer aqui, exige que a pensemos como fenômeno coletivo, a exemplo da tese de Halbwachs em *Memória Coletiva*. Halbwachs (2013) argumenta que, embora a memória de cada pessoa seja singular, ela nunca o é, pois, os acontecimentos coletivos nos quais esse indivíduo está inserido são os que constroem a sua memória. Assim, ao refletirmos sobre a doença, neste artigo, a consideramos sob a perspectiva da história, da memória e do coletivo.

Conforme expomos nossa trajetória metodológica e nossa compreensão da doença, torna-se mais perceptível para o leitor o nosso objeto e estudo: a acídia/preguiça como uma doença

histórica, sobretudo, em relação às fontes que utilizamos para construí-lo.

Trazemos essa doença psíquica que envolve diretamente a alma para nossas reflexões em dois períodos relativamente próximos e por meio de duas distintas linguagens: a escrita e a imagética. No primeiro momento nos pautamos na Questão 35, II<sup>a</sup>-II<sup>ae</sup>, da *Suma Teológica*, de Tomás de Aquino (1224/25-1274), denominada Acídia. No segundo momento, analisamos duas imagens sobre a Acídia: *Os Sete Pecados Capitais e os Quatro Novíssimos do Homem* e *Os sete pecados numa pele do globo terrestre* pintadas por Hieronymus Bosch (1450-1516).

Assim, a afirmação de Cordás (2017), de que as doenças têm história, ao tratar da depressão, vai ao encontro de nossas reflexões e nos permite tratar da depressão como um mal coletivo que, em sua essência, permanece a mesma, mas, nem sempre foi entendida como doença, o que lhe conferiu várias designações como melancolia, loucura, pecado, acídia e preguiça. Cada uma dessas designações reflete uma forma específica de pensar o comportamento apático dos homens, dentro dos padrões valorativos vigentes em cada sociedade.

Ao lançarmos nosso olhar para a acídia, hoje entendida como depressão, no âmbito da história caminhamos por estradas mais profundas do ser, entrando no íntimo da mente humana. In-

diferente da nomenclatura a ela atribuída, a depressão só é identificada pelo comportamento do ser, pelas ações inexistentes condicionadas pelo estado de aniquilação que paralisa o homem diante da vida.

A melancolia foi o termo mais utilizado para se referir à depressão, uma série de doenças e transtornos mentais desde a Antiguidade. Ela recebeu grande atenção de Hipócrates (460 a.C – 377 a.C), considerado como o pai da medicina. Se opondo à teoria de Aristóteles (460 a. C – 377 a. C.), que entendia o coração como o centro originário das funções mentais e, consequentemente, suas patologias, Hipócrates atribuiu essa função ao cérebro. Relacionando esse pensamento a sua teoria dos quatro humores, entendeu que a melancolia era resultado de um desequilíbrio desses fluidos - bile, fleuma, sangue e bile negra – fazendo com que a bile negra causasse uma intoxicação no cérebro (Cordás; Emilio, 2017).

A teoria dos fluidos vitais permanece aceita por Galeno (129-201 d.C), considerado o mais importante estudioso da medicina do período romano e que influenciou o pensamento medieval. Todavia, durante a Idade Média, a medicina incorporou pensamentos religiosos que relacionam as doenças a castigos e ações demoníacas.

A teoria dos humores, um dos poucos resíduos da medicina clássica, é ainda amplamente aceita, e a sua combinação em porções variadas explicaria, junto com os

desígnios do Altíssimo, os diferentes estados emocionais. Quando os “humores” adequados predominam, as pessoas tornam-se alegres, sociáveis, felizes, ágeis, ousadas e ideais. No entanto, se a bile negra prepondera, os indivíduos ficam sérios, até mesmo tristes e irritáveis (Cordás; Emilio, 2017, p. 63).

Com efeito, durante a Idade Média, as explicações para o comportamento melancólico possuem duas vertentes: uma espiritual/religiosa e outro material/biológica. Nas duas vertentes o termo acídia passa a ser utilizado pela sociedade medieval “[...] ora com sentido moral, ora com sentido médico” (Cordás; Emilio, 2017, p. 64).

A acídia poderia designar “[...] um estado doentio correspondente a melancolia, preguiça e indolência em relação às obrigações religiosas e a falta de devoção e adoração a Deus” (Cordás; Emilio, 2017, p. 65). A falta de ânimo que distancia o homem de Deus faz com que a acídia se torne um dos sete pecados capitais.

Se a acídia é um pecado capital, significa que dela derivam outros pecados, suas filhas, que são: malícia, rancor, torpor, desespero, dissipação do espírito, preguiça e pusilanimidade. Todavia, a acídia cai em desuso, sendo substituída pela preguiça, uma de suas filhas.

São, pois, como já mencionamos, essas duas percepções da acídia que analisamos neste

artigo: a) a apresentada por Tomás de Aquino como uma tristeza relacionada aos bens interiores do homem, aos bens do espírito e b) a visualizada como preguiça que, por meio da iconografia, pode ter auxiliado no processo de substituição não apenas vocabular (acídia x preguiça), mas também do sentido da ação que estava sendo condenada. Dessa forma, as duas fontes nos permitem perceber as mudanças históricas no modo de apresentar essa doença porque também possibilitam entender as ações dos homens.

## A DOENÇA DA ACÍDIA SOB A PENA DE TOMÁS DE AQUINO (1224/25-1274)

A questão da Acídia está composta por quatro artigos: a) *A acídia é um pecado?*; b) *A acídia é um vício particular?*; c) *A acídia é um pecado mortal?* e d) *A acídia deve ser considerada um vício capital?*. Nesses artigos, o mestre dominicano analisa a acídia como vício e como pecado capital. É importante mencionar o estudo de Jean Lauand (2001) sobre os pecados capitais em Tomás de Aquino, onde ele esclarece que o termo *capital*, tem a sua origem em *caput*, portanto a cabeça. Assim, pensar a acídia como pecado capital implica em considerar que dela se originam uma infinidade de outros pecados.

Segundo Lauand (2001), Tomás de Aquino define sete ações humanas das quais derivam ao menos cinquenta vícios, por isso são consideradas pecados capitais, a saber: vaidade, avareza, inveja, ira luxúria, gula e acídia. Para o autor, atualmente é difícil traduzir essas ações em uma linguagem mais adequada ao século XXI, por isso observa que:

Hoje, em lugar da vaidade, a Igreja coloca a soberba, e em lugar da acídia é mais frequente encontrarmos a preguiça na lista dos vícios capitais. Isso se deve a que a soberba é considerada por Tomás como um pecado por assim dizer, “mega capital”, fora da série e, portanto, prefere falar em vaidade (*inanis gloria, vanglória*). Já a substituição da acídia pela preguiça parece realmente um empobrecimento, uma vez que veremos, a acídia medieval – e os pecados dela derivados – propiciam uma chave extraordinária precisamente para a compreensão do desespero do homem contemporâneo (Lauand, 2001, p. 66).

As palavras do autor nos permitem observar dois aspectos da questão sobre os pecados capitais. O primeiro incide no fato de que para Tomás de Aquino as ações do homem que são *caput/cabeça* para outras más ações, são consideradas pecados capitais. O segundo refere-se à dificuldade em traduzir para o nosso presente o sentido contido nas definições dos pecados medie-

vais. Essa discrepância nas acepções do pecado é que nos conduz a pensar a acídia como preguiça. Na verdade, esse entendimento já foi percebido por Bosch (1450-1516), portanto, não é privilégio do século XXI.

A ideia dos pecados capitais não é original em Tomás de Aquino, pois desde o mundo grego já encontramos definições que indicam as ações humanas capitais que são nocivas aos homens e à sociedade. Na Alta Idade Média, nos deparamos com Gregório Magno (? – 604) discorrendo sobre os pecados capitais (Lima, 2009) e antes dele já localizamos as reflexões de Evrágio Pôntico (345-399), quando discorre sobre os oito pecados capitais e caracteriza a acídia como uma doença particularmente monástica (Drummond, 2014).

A acídia, que de início era um pecado exclusivo dos mosteiros, trazendo as marcas de sua origem (Pôntico, Prudêncio, Cassiano e Gregório), passa a se referir ao desalento e à melancolia que tenta para o desvio de Deus. A partir do século XIII, conseguimos ver expandir o conceito de acídia e enxergar como se deu a mudança de sua etimologia para preguiça, uma vez que é associada principalmente à terceira ordem da sociedade: os laicos que não cumprem seu ofício diário de trabalho (Drummond, 2014, p. 58-59).

Se assim podemos afirmar, o debate sobre os pecados capitais acompanha a própria história dos intelectuais cristãos que, desde o início, buscaram entender e modificar o comportamento do ser humano. É preciso destacar, novamente, a mudança no significado da palavra acídia, pois ao analisarmos, mais a frente, as imagens de Bosch, no século XV, a acídia apresenta-se vinculada à preguiça. Não podemos perder de vista as transformações sociais que demarcaram a passagem da Baixa Idade Média para o início da modernidade, posto que indubitavelmente, foram elas que impingiram uma nova definição de acídia vinculada à indisponibilidade ao trabalho, à preguiça. Essa, contudo, não é a designação concebida pelo mestre Tomás no século XIII. Afinal, por que o dominicano, um dos principais professores da Sorbonne e um dos maiores teóricos escolásticos do cristianismo, se volta para tratar dos pecados capitais e considera a acídia como um deles? Isso é o que ponderamos a partir da questão 35 (II<sup>a</sup>-II<sup>ae</sup>), da *Summa Teológica*.

A nosso ver, a acídia como vício e pecado capital para Tomás de Aquino e como doença para nós, deve ser compreendida dentro da ambiência citadina e vinculada às profundas alterações principadas no Ocidente medieval a partir de fins do século XI e início do século XII, especialmente em relação às mudanças no modo de trabalho.

Dentre uma série de profundas alterações

no mundo material que vinham transformando o Ocidente medieval, as duas mencionadas (a organização da vida citadina e a nova forma do trabalho) imprimiram mudanças comportamentais e mentais profundas nos homens. Ainda que não possamos mais pensar em uma Idade Média estática na qual as pessoas viviam completamente isoladas, não podemos desconsiderar que a vida no campo, limitada às relações camponesas de servidão, vassalagem e hierárquicas se difere muito do espaço complexo que se desenhava na cidade, nas feiras, e no deslocamento no modo do trabalho.

O trabalho no campo estava pautado no tempo da natureza, como bem apresentara Le Goff (2013), no consagrado texto *Tempo da Igreja, Tempo do Mercador*, existia um limite ‘natural’ no tempo do trabalho na agricultura, o dia para o trabalho, a noite para o descanso. Na cidade, por seu turno, o trabalho passa a ser demarcado, mecanicamente, pelo relógio, mas também pelo ritmo do comércio, da troca, pela corporação de ofício, da circulação dos produtos do trabalho, a mercadoria, para longas distâncias.

Além disso, na cidade, pessoas das diferentes ordens sociais (clero, nobreza, terceiro estado) convivem umas com as outras e isso imprime nelas um novo modo de agir. Não é gratuito que Tomás de Aquino discorra sobre a vida comum na cidade, por ele designada como a “comunidade perfeita” (Tomás de Aquino, 1997) e se volta para

entender e tratar do comportamento dos homens, especialmente de seus vícios e pecados. É essa especialidade nova de transformação na vida material e mental dos homens medievais citadinos que conduz o olhar do mestre dominicano para a acídia, para a conceber como uma ação que implica no abandono da razão, ou seja, do bem “mais” perfeito que Deus deu ao homem, a sua capacidade intelectual. Vejamos isso no próprio autor.

No primeiro artigo da Questão 35, ao indagar se *A acídia é um pecado?* autor pondera que se trata de uma tristeza profunda da alma:

A acídia, segundo Damasceno é “uma tristeza acabrunhante” que produz no espírito de homem tal depressão que este não tem vontade de fazer mais nada; as coisas que são ácidas, também são frias. Por isso a acídia implica um certo desgosto pela ação. É o que a Glosa demonstra ao comentar o Salmo: “Tinham horror a toda alimentação”. Alguns a definem “um torpor do espírito que não pode o bem”. Tal tristeza é sempre má: às vezes em si mesma, às vezes em seus efeitos. É má em si mesma a tristeza que provém de um mal aparente e de um bem verdadeiro; ao contrário, é mau o prazer de um bem aparente e de um mal verdadeiro. Portanto, já que o bem espiritual é um verdadeiro bem, a tristeza que provém de um bem espiritual é má em si mesma. Quanto a tristeza que provém de um mal verdadei-

ro, ela é má em seus efeitos quando acabrunha o homem a ponto de impedi-lo totalmente de agir bem. Por isso o Apóstolo não quer que aquele que faz penitência “soçobre numa tristeza excessiva” à vista de seu pecado. Portanto, sendo a acídia, como aqui se considera, uma tristeza proveniente de um bem espiritual, é duplamente má: em si mesma e em seus efeitos. É por isso que a acídia é um pecado, pois já se mostrou que é pecado o que é mau nos movimentos do apetite (Tomas de Aquino, 2004, p. 482-483).<sup>1</sup>

É preciso alertar que a forma como Tomás de Aquino trata a acídia é o mesmo como discute qualquer outro tema no interior da *Suma de Teologia*, segundo o modo escolástico do conhecimento medieval, ou seja, a partir das autoridades que subsidiam seus argumentos. Exatamente por isso ele destaca como autores, anteriores a ele, descreveram a acídia definindo-a como uma tristeza acabrunhante, uma tristeza que vem da alma, ácida e fria, que impede a disposição para a ação. Ao vir da alma, ela é um mal em si, posto que é um impeditivo para as ações da pessoa, imobiliza o seu agir no âmbito do espírito, logo, tolhe a sua condição de pensar e conduzir seus atos para o bem. Ao impedir a vontade consciente da pessoa, essa doença da alma, impede o uso da condição racional, a qualidade humana que mais aproxima o

homem de Deus, portanto, é pecado, visto que refuta a graça divina.

É importante destacar, ainda dessa passagem, a menção ao jejum e à penitência, porque ela nos remete à ideia de que o pecado da acídia, a doença da tristeza e da melancolia, foi observado por primeiro nos monges que, enclausurados e praticantes de jejuns e penitências constantes, eram acometidos por essa doença do espírito e ficavam imobilizados para a vida.

No segundo artigo, a indagação tomasiana é *A acídia é um vício particular?*. Nele, o autor discute como a falta de vontade de agir, proveniente da tristeza do espírito, não é apenas um vício.

Compete, pois, a cada virtude alegrar-se por seu bem espiritual próprio, que se encontra em seu ato próprio, mas a alegria espiritual que se alegra com o bem divino, compete especialmente à caridade. Assim também, a tristeza em relação ao bem espiritual, que se encontra nos atos de cada virtude, não pertence a um vício especial, mas a todos os vícios. Ao contrário, entristecer-se com o bem divino, com o qual a caridade se alegra, isso pertence a um vício especial que se chama acídia (Tomás de Aquino, 2004, p. 484-485).<sup>2</sup>

De acordo com Tomás de Aquino, o agir humano deriva sempre de uma virtude (Oliveira, 2015), e como as virtudes decorrem da condição

humana intelectual, portanto, oriundas da proximidade filial com Deus, no momento em que a pessoa se entristece e o seu espírito perde a alegria e a disposição para agir, há o adoecimento da mente e o distanciamento de Deus. Esse afastamento proveniente da doença da alma, que resulta na perda da alegria, é a acídia. Todavia, o abandono do inteligir implica também o distanciamento da vida comum, portanto, a tristeza proveniente da acídia é prejudicial às demais pessoas. Nesse sentido, a doença da tristeza, o abandono da alegria, não é apenas o fim da condição de imago de Deus, mas, também, o desligamento da vida, é a morte da condição de homem como indivíduo, como filho de Deus e como ser público.

No terceiro artigo, o autor indaga se *A acídia é um pecado mortal?* Nele, Tomás de Aquino apresenta a doença da alma, da tristeza do espírito, sob um aspecto impar para pensar a vida coletiva, na “comunidade perfeita da cidade”, pois que incide na condição de ser pecado mortal que, como afirmamos no início, é aquele do qual se originam muito outros pecados.

O efeito próprio da caridade, já foi dito, é a alegria que vem de Deus; ao passo que a acídia é a tristeza a respeito do bem espiritual enquanto bem divino. Por isso, em razão do seu gênero, a acídia é pecado mortal. [...]

Mas às vezes, o movimento de acídia chega até a razão que consente em fugir do

bem divino, repeli-lo e detesta-lo, Prevalecendo a carne totalmente *contra* o espírito. É evidente então que a acídia é pecado capital (Tomás de Aquino, 2004, p. 486, grifo do autor).<sup>3</sup>

Como nos artigos anteriores, Tomás de Aquino tece uma comparação entre a caridade e a acídia para mostrar que quando a pessoa fica doente, com melancolia, renega-se a Deus porque abre mão do espírito, leia-se condição intelectual e se entrega aos vícios da carne. Ao fazer isso, fica impossibilitado de tomar decisões racionais em relação às atividades da comunidade porque sucumbe somente aos desejos da matéria corpórea.

Sob este aspecto é possível depreender que ao saciar somente a parte corpórea, material, o homem volta a estar na segunda fase da vida, designada por Aristóteles (1985) como estado sensitivo. Para o Filósofo grego, diga-se de passagem, uma das maiores influências teóricas de Tomás de Aquino, o homem possui três fases: a vegetativa, a sensitiva e a intelectual. Na primeira, assim que o recém-nascido chega ao mundo, ele é totalmente dependente do 'Outro', inclusive para se deslocar, tem vida similar às plantas, portanto, encontra-se próximo ao estado vegetativo. Na segunda, os homens se percebem por meio dos sentidos, do mesmo modo que todos os demais animais. Somente na terceira fase, quando faz uso da sua

condição intelectual, pode ser propriamente designado como homem, isso por ter uma faculdade especial que o diferencia dos demais seres vivos. Aliás, essa ideia de que o homem o é, por pensar, está na essência do pensamento tomásiano "Ora, a diferença constitutiva do homem é ser racional, qualidade esta que se lhe atribui em virtude do princípio intelectual. Logo esta é a forma do homem" (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 76).

Estabelecida a premissa de que o princípio intelectual é a forma de ser do homem, uma doença que 'mata' o espírito e o faz retornar à condição sensitiva, a qual busca somente a satisfação corpórea, é muito prejudicial à pessoa, como sujeito singular, mas, muito mais prejudicial à 'cidade', uma vez que ainda que a pessoa pertença a ela, o seu agir não resulta em nenhuma ação que promova o bem geral.

No quarto e último artigo da Questão, o mestre escolástico indaga-se *A acídia deve ser considerada um vício capital?* De acordo, com as suas reflexões, a acídia se constitui em vício capital.

[...] um vício capital é aquele que facilmente gera outros vícios segundo a razão de causa final. Assim como os homens fazem um grande esforço por causa do prazer, seja para obtê-la, seja porque o impulso do prazer os impele a fazer algo, assim também fazem grande esforço por causa da tristeza, seja para evita-la, seja porque, por ela pressionados, apressam-se em fazer

outra coisa. Por isso, sendo a acídia uma tristeza, como foi dito, é conveniente que se afirme como um vício capital (Tomás de Aquino, 2004, p. 488).<sup>4</sup>

A acídia é um vício capital porque, como já observado, gera muitos outros vícios, especialmente aqueles oriundos na busca pelos prazeres da carne. Ao estar doente da alma, contaminado pela tristeza, pela melancolia e destituído do uso da razão, o homem procura o fim da tristeza saciando os desejos sensitivos. Ao buscar, por seu turno, a cura da doença na alegria, na parte material de seu Ser, a pessoa comete outros vícios e nessa condição a acídia é de fato, um vício capital.

Analisados os quatro artigos que compõem a questão da Acídia, podemos afirmar que ela se constitui em uma doença da alma, prejudicial ao coletivo porque faz com que a pessoa deixe de praticar ações com a razão e submeta-se ao ímpeto dos sentidos. Esse vício e pecado foi tratado por Tomás de Aquino em virtude do comportamento dos homens na cidade, espaço o qual o autor defende como sendo o local 'perfeito' para a vida dos homens no século XIII.

Logo, ao refletir sobre a acídia como uma doença da mente, é preciso pensar como ela afeta o desenvolvimento das relações humanas vinculadas ela afeta o desenvolvimento das relações humanas vinculadas às atividades desenvolvidas na cidade, especialmente àquelas realizadas pelos

homens do Terceiro Estado.<sup>5</sup>

Essa percepção da acídia como doença da mente que promove a tristeza, a melancolia e que, na acepção de Tomás de Aquino, é um pecado capital que gera uma infinidade de outros vícios, modifica-se profundamente no século XV, nas pinturas de Bosch, e passa a ser pensada como preguiça. Contudo, não se trata só de mudança na concepção da doença, mas das transformações históricas que atingiram o Ocidente reconfigurando a sociedade, particularmente em relação às cidades e às ordens sociais, sobretudo no que se refere às pessoas do Terceiro Estado.

## A DOENÇA DA ACÍDIA SOB A PINCEL DE BOSCH (1450-1516)

Destacamos para esse estudo duas representações da acídia de Hieronymus Bosch (1450-1516), as quais compõem as obras *Os Sete Pecados Capitais e os quatro Novíssimos do Homem* e *Os sete pecados numa pele do globo terrestre*.

A obra *Os Sete Pecados Capitais e os Quatro Novíssimos do Homem* foi pintada no tampo de uma mesa com dimensões de 120 cm X150 cm que, atualmente, está exposta no Museu do Prado, em Madri. De acordo com Bosing (2006), a pintura foi realizada entre o período de 1485 a 1500, pertencendo à fase intermediária do artista.

Com relação à obra *Os sete pecados nu-*

ma pele do globo terrestre as informações são bem escassas. A imagem compõe a obra de Cruz (2004), que traz as informações técnicas de que se trata de óleo sobre madeira com dimensões de 86 cm x 56 cm e que se encontra na Fondation des Beaus-Arts, Genebra.

As criações do pintor holandês ficaram conhecidas devido à monstruosidade das personagens e por expressarem o embate entre a salvação e os vícios humanos. Todavia, a monstruosidade que Bosch expressa nessas duas obras se difere das demais, parece-nos que o pintor traz essa característica de forma mais sutil ao denunciar sua sociedade e os desvios que lhe davam forma.

As duas composições imagéticas trazem de

forma objetiva a narrativa dos vícios que estão presentes por todo o globo terrestre, representado pelo formato circular nas duas pinturas que delimitam o espaço das ações dos pecadores que povoam toda extensão da terra. Essa organização espacial pode ser compreendida por meio da influência do pecado na vida das pessoas.

Os homens e as mulheres da Idade Média aparecem dominados pelo pecado. Concepção do tempo, a organização do espaço, a antropologia, a noção de saber, a ideia de trabalho, as ligações com Deus, a construção das relações sociais, a instituição de práticas rituais, toda a vida e visão de mundo do homem medieval giram em torno da presença do pecado. (Casagrande; Vecchio, 2017, p.378)

Figura 1 – Os sete pecados numa pele do globo terrestre, BOSCH, (esquerda); Os Sete Pecados Capitais e os quatro Novíssimos do Homem, BOSCH, (direita)



Fonte: BOSCH, Hieronymus. Os sete pecados numa pele do globo terrestre. In: CRUZ, A (trad.). Hieronymus Bosch. Lisboa: Lisma, 2004; BOSCH, Hieronymus. Os Sete Pecados Capitais e os quatro Novíssimos do Homem. In: BOSING, W. Hieronymus Bosch: cerca de 1450 a 1516, entre o céu e o inferno. Paisagem, 2006.

Ao olharmos para a representação da acídia, nas duas obras, podemos perceber, de imediato, a recorrência da simbologia que caracteriza esse pecado. Lembremos que símbolo se insere no domínio das representações, assim como as imagens, mas enquanto as imagens possuem vínculo visual com seu referente, os símbolos mantêm vínculos valorativos. Assim, os símbolos não são estáticos, mas mutáveis e adaptáveis conforme o movimento cultural e social (Le Goff, 1994). Portanto, uma mesma imagem pode simbolizar a acídia como a preguiça, conforme o seu contexto de criação, por isso é preciso pensar na totalidade da composição e não considerar os elementos isoladamente.

O travesseiro que acomoda confortavelmente a cabeça do pecador se destaca nas

duas pinturas pela tonalidade clara que o coloca em evidência nas cenas. Bosch, ao atrair o olhar do espectador para o travesseiro, denuncia a inatividade corporal e racional que encontra seu ápice no sono. Os dois personagens dormem se distanciando das obrigações físicas e morais que lhe cabem mesmo ocupando lugares distintos na sociedade, o que nos é revelado pela ambientação.

No *Os Sete Pecados Capitais e os quatro Novíssimos do Homem* o pecador dorme em uma poltrona enquanto nos *Os sete pecados numa pele do globo terrestre* o pecado é consumado diretamente no solo, com o pecador deitando em um relevo que traz a dureza das rochas. O ambiente e as condições não são empecilhos para que os homens se entreguem aos desejos da carne, abandonando a razão que guia o labor terreno.

Figura 2 – Os Sete Pecados Capitais e os quatro Novíssimos do Homem, BOSCH, (detalhe - esquerda); Os sete pecados numa pele do globo terrestre, BOSCH, (detalhe - direita)



Fonte: BOSCH, Hieronymus. Os sete pecados numa pele do globo terrestre. In: CRUZ, A (trad.). Hieronymus Bosch. Lisboa: Lisma, 2004; BOSCH, Hieronymus. Os Sete Pecados Capitais e os quatro Novíssimos do Homem. In: BOSING, W. Hieronymus Bosch: cerca de 1450 a 1516, entre o céu e o inferno. Paisagem, 2006.

De acordo com o pensamento cristão, Deus fez o homem a sua imagem e semelhança. Mas, Le Goff e Schmitt (2017) mencionam que essa relação não é pelo corpo visível nem pela totalidade da alma, mas apenas por uma parte: a razão. Para os medievais, a cabeça abrigava a razão, portanto, quando os personagens de Bosch entregam suas cabeças ao aconchego e maciez dos travesseiros deixam de exercer suas principais atividades, o exercício da razão, e se distanciam do Criador, o que é corroborado pela paralisia corporal que se opõe ao trabalho.

O trabalho corporal é um dos caminhos que Deus ofereceu aos homens para redimir seus pecados. O corpo estabelece o eixo da salvação do cristão que pode ser alcançada “[...] para alguns, pela ascese e castidade, para outros, pela pena redentora do trabalho manual (labor)” (Le Goff; Schmitt, 2017, 2017, p. 288a). Ressalta-se que, durante a Idade Média, a compreensão do trabalho no campo das mentalidades “[...] oscila entre dois polos: o do seu aspecto penoso e, no sentido etimológico, ignóbil, não nobre, e o do seu aspecto positivo, honroso porque criador” (Le Goff; Schmitt, 2017, p. 624a).

Todavia, no período vivido por Bosch, a sociedade já caminhava para mudanças com relação ao trabalho em função do desenvolvimento urbano. Le Goff (2013) menciona que uma das principais necessidades que se inicia no século XIV foi a

adaptação às mudanças econômicas e ao trabalho urbano. O tempo do trabalho urbano não era o mesmo do trabalho rural, para o avanço econômico o nível de produção passou a ser gerido pela regularidade do tempo de trabalho. Os sinos das igrejas, agora, ressoam não apenas para indicar o tempo religioso, mas, também, o laico. Se o tempo de trabalho é regulado, o de descanso também segue os mesmos princípios, desobedecê-lo é transgredir a lógica da nova sociedade.

Portanto, o sono fora do tempo de descanso, aquele decorrente da acídia, anula totalmente o homem diante da vida, de forma que ele não seja nem compreendido como tal, pois:

A Cristandade concebia a relação entre corpo e alma de modo dialético, que se justificava pela convicção da unidade da pessoa humana, da complementaridade dos componentes de seu ser e ainda pelo parcial recobrimento das partes "baixas" da alma - as que confinavam o fisiológico - e das partes "altas" do corpo as que mais se aproximavam das faculdades psíquicas (Le Goff; Schmitt, 2017, p. 291a).

Nesse aspecto, o sono, que em um primeiro momento poderia ser confundido com sua filha, a preguiça, devido à inércia do corpo físico, traduz a acídia e a ressalta como um pecado capital. Quando a razão não é exercida, a relação dialética entre alma e corpo não é uma ação divina

que permite o homem conduzir-se a Deus e ele se entrega ao prazer da ociosidade da carne.

No *Os Sete Pecados Capitais e os quatro Novíssimos do Homem* o abandono das obrigações é lembrado pela religiosa que entra em cena e se depara com o homem imerso em um estado de passividade. Ela traz em sua mão direita, o lado divino dos homens, um livro com as orientações sagradas que deveriam orientar as ações humanas: “Os escritos da Bíblia constituem a lei dos cristãos, um código ou norma intangível, inexpugnável, marcada por um sinal sagrado. Sobre o livro santo pronunciam-se juramentos, compromissos de fé, promessas essenciais” (Le Goff; Schmitt, 2017, p. 124a). Entre as principais normas para o bom cristão está a oração, simbolizada pelo rosário na mão esquerda da freira, lado das coisas terrenas. O rosário “É usado para auxiliar a contagem das orações nas meditações e preces sobre a vida do Cristo e da Virgem” (Carr-Gomm, 2004, p. 194). É pela oração que os homens se comunicam e são ouvidos por Deus.

Na Idade Média, ainda mais que noutros períodos, o desejo de levar uma vida espiritual intensa é indissociável da adoção de uma forma de vida religiosa, geralmente definida por uma regra que por si só possuía valor significativo. O que não exclui a busca de um contato mais imediato e mais íntimo com Deus. Aqui dever-se-ia poder falar da oração (Vauchez, 1995, p. 179).

A consciência de que o homem deve cumprir suas obrigações para com Deus está abandonada e Bosch nos mostra isso por meio do livro esquecido em cima de um banco, no fundo da cena, para o qual o pecador oferece as costas. O bem viver é conduzir-se pelo conhecimento guardado na Bíblia que durante a Baixa Idade Média, mais do que um livro era

[...] manual presente em todo lugar, em todas as bibliotecas das instituições eclesiásticas, igrejas, mosteiros, confrarias, e mesmo em casas particulares, sobretudo de clérigos, mas também de leigos, burgueses, príncipes e mesmo camponeses quando a taxa de analfabetismo diminuiu um pouco no final da Idade Média” (Le Goff; Schmitt, 2017p. 121a).

O objetivo de sua presença em quase todos os lugares era o uso, a Bíblia era um objetivo de manuseio cotidiano e o seu abandono é o abandono da vida, o distanciamento de Deus.

A religiosa mostra o caminho a ser seguindo, mas o estado de sono não permite que o homem a veja e, por isso, ele continua inerte, entregando a carne ao conforto da poltrona e a alma ao vazio da ociosidade pecadora.

O estado inerte que emana do protagonista da cena invade todo o ambiente e chega ao cão que, aos pés do seu dono, assume a mesma imobilidade derivada do adormecimento profundo.

Tradicionalmente a acídia é simbolizada pelo asno que, conforme explicação de Oliveira (2017), é um animal lento, teimoso e resistente aos comandos. Chevalier (2003, p. 94) explica que na iconografia são encontrados “[...] diversos estados d’alma com os traços de um asno: o desencorajamento espiritual do monge, a depressão moral, a preguiça, o deleite melancólico, a estupidez, a incompetência, a teimosia [...]”. Mas Bosch não segue a tradição e coloca em cena como companheiro do pecador um cão, um dos animais que representam a fidelidade. Entre as várias simbologias atribuídas aos cães, a crença de que são incapazes de viver distante dos humanos, sendo seus leais companheiros, sempre teve grande preponderância. Chevalier (2003, p. 176) afirma que “A primeira função mítica do cão, universalmente atestada, é a de psicopompo, guia do homem na noite da morte, após ter sido seu companheiro no dia da vida”. A fidelidade do cão não é contestada na representação de Bosch, a mesma posição de aconchego do dono é assumida pelo cão que complementa a representação do pecado da preguiça. O animal não poderia representar acídia, um pecado capital, pois essa se configura pela falta de razão, faculdade que apenas os homens são possuidores. Portanto, sua presença na cena pode se remeter à preguiça, mas também a outros simbolismos.

Os cristãos usavam como alegoria o fato

do cão comer o próprio vômito para simbolizar o pecador que sempre volta a cometer o mesmo pecado. Também o fato de se curar lambendo as feridas simboliza o pecador que se salva através do arrependimento e confissão (Oliveira, 2017, p. 18).

Na representação da acídia na *Os sete pecados numa pele do globo terrestre*, Bosch não traz nenhum animal, mas assim como no tampo de mesa compõe a cena com a figuração de duas pessoas. Nessa, a presença de uma segunda personagem não é na tentativa de retirar o pecador do caminho dos vícios, mas para reforçá-lo, pois as duas personagens são pecadoras. O pintor enfatiza a representação do pecado com a presença de um companheiro, também, pecador. Dessa vez não é um cão que acompanha o sono do acidioso, mas uma figura humana desperta e com expressão melancólica. O olhar longínquo, olha, mas não vê. Se perde no vazio da mente que não pensa e, conseqüentemente, não age. O corpo se entrega à inatividade, assim como o espírito, formando um ser totalmente inerte que mesmo em vigília encontra-se entorpecido e se esvai no gramado como se estivesse sendo absorvido pelos aspectos terrenos que o distancia mais e mais de Deus.

Bosch denuncia uma sociedade ociosa, que se omite diante das obrigações do trabalho intelectual, espiritual e físico. O vício está em toda a esfera da sociedade, indiferente da posição que as

peças ocupam. Mais do que um pecado individual, o artista registra uma sociedade doente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões que construímos, neste texto, procuraram explicitar a doença como um fenômeno humano, portanto, social que pode ser pensado segundo o olhar da história, uma vez que ela nos permite compreender as mudanças que ocorrem no modo em que os homens percebem a si, o outro, o seu entorno, as relações e, sobretudo, o modo como isso afeta e conduz suas ações.

Ao considerarmos a acídia como uma doença presente na cidade medieval, mostramos como ela expressou o abandono da capacidade intelectual da pessoa, face as transformações que estavam ocorrendo no cotidiano da vida medieval, especialmente o cidadão. Por meio da questão tomasiana, observamos que a doença do espírito afeta não somente para a pessoa singular, mas a toda a comunidade no qual ela está inserida porque o homem com a doença da melancolia não tem o controle de suas ações. Contudo, continua a agir na sociedade sem estar na sua condição plena de homem porque não usa o intelecto, mas é movido pelos sentidos, o que levaria necessariamente, de acordo com Tomás de Aquino, à prática de pecado capital e vício capital.

Conforme análise do mestre Tomás, essa forma de agir não estaria desvinculada das transformações materiais e mentais na sociedade, evidenciando que a tristeza e a melancolia produzem o mal na sociedade porque retiram dos homens a sua condição de ser racional.

Bosch, por seu turno, expressa uma sociedade doente ao figurar personagens em diferentes contextos e distintos papéis sociais. A imobilidade e passividade diante da vida aniquilam o ser e se propagam pelas relações humanas, podendo contagiar as almas coletivamente.

Em *Os Sete Pecados Capitais e os quatro Novíssimos do Homem* o pecado parece ser evidenciado de forma singular, no entanto ao observarmos o entorno do pecador é possível verificar como o princípio do abandono à vida se destaca na sutileza que o pintor constrói a narrativa, vinculando o ser humano ao animal. A similaridades das duas representações, elimina a distância entre o homem e o animal, estabelecida pela racionalidade. Portanto, não é simplesmente a dormência do animal e do seu dono, mas a dormência da alma humana que se rende aos sentidos e deixa de ser produtora para se tornar parasita.

A complementaridade dos vícios, da alma e da carne, compõe *Os sete pecados numa pele do globo terrestre*. Corpo e o espírito, quando doentes, paralisam a relação dialética entre si,

mencionadas por Le Goff e Schmitt (2017) como a unidade do ser medieval. Bosch ao expressar a acídia e a preguiça em pessoas distintas denuncia a dicotomia humana provocada pela totalidade dos vícios.

Dessa forma, parece-nos que Bosch alerta sua sociedade sobre os perigos da invisibilidade dos vícios da alma, que se tornam visíveis apenas quando o corpo que, por sua vez, já corrompido e letárgico, expõe a patologia coletiva que adormece a sociedade. Assim, os dois autores por nós analisados, ao trazerem a acídia como doença da mente e do corpo, mostram como essa doença faz com que o homem retome o seu estado sensitivo, conforme definição de Aristóteles, abandonando a sua condição intelectual. Portanto, seja como pecado capital, no século XIII, seja como preguiça, no século XV, uma doença que corrompe o espírito da pessoa, afeta a todos, logo, se configura como um mal coletivo.

## REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO DE HIPONA. **A cidade de Deus**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkin, 1996.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Brasília: UnB, 1985.
- BOSCH, Hieronymus. Os sete pecados numa pele do globo terrestre. In: CRUZ, A (trad.). **Hieronymus Bosch**. Lisboa: Lisma, 2004.
- BOSCH, Hieronymus. Os Sete Pecados Capitais e os quatro Novíssimos do Homem. In: BOSING, W. **Hieronymus Bosch**: cerca de 1450 a 1516, entre o céu e o inferno. Paisagem, 2006.
- BOSING, Walter. **Hieronymus Bosch**: cerca de 1450 a 1516, entre o céu e o inferno. Paisagem, 2006.
- CASAGRANDE, Carla; VECCHIO, Silvana. Pecado. In: LE GOFF, Jacques, SCHMITT, Jean-Claude (Orgs.) **Dicionário analítico do Ocidente medieval**: volume 2. - São Paulo: Editora Unesp, 2017.b
- CARR-GOMM, Sarah. **Dicionário de símbolos na arte**: guia ilustrado da pintura e da escultura ocidentais. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- CHEVALIER, Jean-Claude; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. 18 Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.
- CORDÁS, Táki Athanássios; EMILIO, Matheus Schumaker. **História da Melancolia** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Artmed, 2017.
- CRUZ, Ana Luísa (trad.). **Hieronymus Bosch**. Lisboa: Lisma, 2004.
- DRUMMOND, Albert. As constituintes da moral medieval católica: como os vícios humanos se tornaram os sete pecados capitais. **Revista Mundo Antigo**. Ano III, v. 3, n. 05, 2014, p. 41-62. Disponível em: <http://www.nehmaat.uff.br>. Acesso em: 12 fev. 2024.
- DUARTE, Juliana Calabresi Voss. **A doutrina cristã como remédio para o suicídio, segundo agostinho de hipona**. Maringá: UEM, 2023. [Tese de Doutorado, 151fl.]
- GUIZOT, François. **Essai sur l'Histoire de France**. Paris: Didier, 1857.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2013.

LAUAND, Jean Luíz. **Sobre o Ensino & Os sete pecados capitais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LE GOFF, Jacques. Tempo da Igreja, Tempo do mercador. In LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média**. Tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**. Portugal: Ed. Estampa, 1994.

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. 4ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LE GOFF, Jacques. **Para uma outra Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LE GOFF, Jacques, SCHMITT, Jean-Claude (Orgs.) **Dicionário analítico do Ocidente medieval: volume 1**. - São Paulo: Editora Unesp, 2017.a

LE GOFF, Jacques, SCHMITT, Jean-Claude (Orgs.) **Dicionário analítico do Ocidente medieval: volume 2**. - São Paulo: Editora Unesp, 2017.b

LIMA, Darlan Pinheiro. O significado da doutrina dos sete pecados capitais no Virgeu de Consolação. **Revista Aedos**, v. 2, n. 02, 2009, p. 354-361. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos>. Acesso: 9 mar. 2024.

OLIVEIRA, Sadat. **Mitologia Medieval: Bestiários: Animais fantásticos da Idade Média**. Edição do Kindle, 2017.

OLIVEIRA, Terezinha. Um estudo das virtudes sociais segundo Tomás de Aquino. **Educação e Filosofia Uberlândia**, v. 29, n. 58, p. 725 - 743, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducaoFilosofia/article/view/23786>. Acesso em: 12 jan. 2024.

OLIVEIRA, Terezinha. **Guizot e a Idade Média: civilização e lutas de classes no século XIX**. Assis: Unesp, 1997. [Tese de Doutorado, 407fl.].

THIERRY, Augustin. **Essai sur l'histoire de la formation et des progrès du Tiers Etat**. Suivi de 2 fragments du recueil de monuments inédits de cette histoire. Genève: Mégarlotis Reprints, 1853.

TOMÁS DE AQUINO. **Questão 35 – Acídia**. Suma Teológica. [II-II]. São Paulo: Loyola, 2004.

VAUCHEZ, André. **A espiritualidade da idade Média Ocidental: sec. VIII-XIII**. Lisboa: Estampa, 1995.

## NOTAS

<sup>1</sup>Tomás de Aquino. *Suma Teológica*, II-II. A acídia, questão 35, art. 1, resp.

<sup>2</sup>Tomás de Aquino. *Suma Teológica*, II-II. A acídia, questão 35, art. 2, resp.

<sup>3</sup>Tomás de Aquino. *Suma Teológica*, II-II. A acídia, questão 35, art. 3. resp.

<sup>4</sup>Tomás de Aquino. *Suma Teológica*, II-II. A acídia, questão 35, art. 4, resp.

<sup>5</sup>Definição dada pela historiografia para designar os homens vinculados aos burgos e ao comércio, na Idade Média, a partir do século XII. Os integrantes do Terceiro se constituíram na classe burguesa e, posteriormente, na sociedade burguesa (Guizot, 1857; Thierry, 1853, Oliveira, 1997).